

**PROJETO DE LEI Nº           , DE 2015**  
**(Do Sr. Simão Sessim)**

Altera o § 3º do Art. 1º e acrescenta o Art. 27-A, da Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968 – Lei dos Alimentos.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** O parágrafo 3º do Art. 1º e o acréscimo do Art. 27-A, da Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º. (.....)

§3º. Presume-se pobre, até prova em contrário *produzida pela parte contrária ou pelo representante do Ministério Público enquanto fiscal da lei*, quem afirmar essa condição, nos termos desta lei *e sob as demais penas aplicáveis para eventual falsidade da declaração, sendo vedado ao magistrado, para o deferimento, exigir da parte requerente do benefício da gratuidade, ex officio ou por provocação, quaisquer documentos além da afirmação de que trata esse inciso.*

**Art.27-A.** *Caberá ao alimentado ou seu representante, se instado para tanto pelo alimentante ou seus sucessores, prestar contas da destinação e uso regulares da verba percebida fixada sob qualquer rubrica, nos termos do artigo 914 e seguintes do Código de Processo Civil, sob pena de, não o fazendo ou o fazendo insatisfatoriamente, nos mesmos autos da ação de alimentos, ser revista ou mesmo cessada, valendo a regra também para as hipóteses previstas na Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994.*

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

## **JUSTIFICAÇÃO**

Tendo em vista a primazia constitucional do acesso ao exercício do poder jurisdicional para todo o cidadão, a proposta tem como objetivo inibir uma prática bastante comum observada nos Tribunais dos estados-membros, notadamente em 1º grau de jurisdição, mas que também ocorre tanto em 2º grau quanto nos Tribunais Superiores, apesar da menor frequência, alertam os juristas.

A prática em si diz respeito à negativa de acesso ao exercício de que trata a proposta com base em exigências judiciais de documentos não contemplados (ou seja, não previstos) em lei para apreciação e deferimento da denominada Gratuidade de Justiça ou Benefício da Justiça Gratuita. Em alguns casos exige-se, inclusive, a Declaração de Imposto de Renda do cidadão (ou pessoa jurídica, já que o fenômeno pode incidir nas demais categorias) pretendente (às vezes de dois ou três anos imediatamente pretéritos; configurando-se, pois, quebra de sigilo imotivada), negando-se, de plano, não só a presunção de veracidade da Declaração de Pobreza, mesmo sendo este o único documento que a lei prognostica, como também o princípio da boa-fé e lealdade processual que devem prevalecer em situações como essa até que haja prova inequívoca em contrário. Nesse cenário, ainda se constata, muitas vezes, o equívoco da interpretação judicial ao serem confundidos (e igualdados) os requisitos que norteiam o conceito do fenômeno da pobreza jurídica que, por sua vez, leva em consideração a condição financeira e não a patrimonial.

Tal prática vai de encontro ao princípio constitucional do acesso universal ao exercício do poder jurisdicional. Por ilação, além de burocratizá-lo desacelera a suscitada prestação do dever-

poder, fazendo com que ocorra uma mora injustificável mesmo diante de ausência de impugnação da parte contrária ou do representante do Ministério Público ou Defensor Público.

Diante da verdade real observada, a proposta tem o escopo de velar pelos inquebrantáveis valores e princípios insculpidos na Carta Política de 1988.

Com relação à proposta para alteração do art.27, essa se justifica para que, formal e inequivocamente, haja em um único texto legal a possibilidade de ser exigida prestação de contas dos valores destinados à manutenção de quem de direito determinado pelo magistrado ou através de acordo, no mesmo processo, prestigiando-se, assim, o princípio da celeridade processual e o da eficácia das decisões judiciais condenatórias ou homologatórias.

Sala das sessões, em        de        de 2015

Deputado SIMÃO SESSIM